



REFUGIADOS

Instituições continuam disponíveis para acolhimento



NAZARÉ

II Olimpíadas
Sénior reúnem
200 idosos de
dois concelhos



SINTRA

ARPIAC procura
meios para
requalificar
equipamentos

ANADIA

Doença
de Alzheimer
foi o alvo do
«100 Memória»



GUIMARÃES

Semana Social
da UDIPSS
Braga junta mais
de 1.200 pessoas

CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL

Sessão final a 14 e 15 de novembro em Lisboa

MEDIR PARA GERIR II

O 'Balanced Scorecard' aplicado às IPSS

Nas últimas duas décadas tem-se vindo a alterar por completo os paradigmas gestionários nos três sectores da sociedade (sector público, sector privado e sector social). Esta transformação está relacionada com a necessidade de as organizações sentirem necessidade de medir objectivamente aquilo que gerem no seu dia a dia, no seu contexto.

No final do século XX surgem novos modelos de gestão estratégica como o 'Balanced Scorecard' que, inicialmente, tinha por objectivo resolver os problemas de gestão no sector privado, foi depois adaptado tanto ao sector público como, mais recentemente, ao sector social, nomeadamente nas IPSS.

O **Balanced Scorecard** surge como um paradigma de gestão estratégica que permite relacionar toda a estratégia organizacional, e conjugar as medidas financeiras (até então, consideradas as mais importantes) com as medidas não-financeiras, facto que, conduziria a uma melhoria do desempenho organizacional

Em primeiro lugar para a concepção de um modelo de 'Balanced Scorecard' bem estruturado é importante definir de forma clara: a missão, a visão estratégica e os valores e também respeitar um conjunto de requisitos-chave que são:

- Descrever as **perspectivas**
- Definir os Objectivos Estratégicos
- Desenvolver as relações de causa-efeito
- Seleccionar os Indicadores
- Estipular metas para os objectivos
- Especificar as iniciativas estratégicas

A definição **das perspectivas** é crucial, na medida em que permitem a existência de um equilíbrio entre os objectivos de curto e de longo prazo e também entre os resultados esperados e os indicadores de tendência, tendo como função fixar um modelo lógico que enquadre, de forma equilibrada todos os aspectos importantes da organização.

O modelo aplicado às IPSS inclui mais uma perspectiva: **Missão**, e esta perspectiva deve estar no **topo do modelo significando as metas sociais que a Instituição espera alcançar**, através de um desempenho de excelência de cada uma das perspectivas seguintes, conforme a seguir se indica. De notar que a ordem de importância das perspectivas nas IPSS é diferente daquela das empresas, como segue:

Ordem das perspectivas do BSC - empresas	Ordem das perspectivas do BSC nas IPSS
MISSÃO	
FINANCEIRA	UTENTES / CLIENTES
CLIENTES	PROCESSOS INTERNOS
PROCESSOS INTERNOS	APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO
APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO	FINANCEIRA

José Leirião
Membro da CNIS



O facto de nas IPSS não se privilegiar a perspectiva Financeira, não significa que não se lhe atribua grande importância, mas o objectivo principal são as metas sociais, ao contrário das empresas em que o objectivo principal é a 'perspectiva financeira'.

Perspectiva dos Utentes/Clientes:

Constituem o ponto chave e o fim último da actividade das IPSS. As 'partes interessadas' nos serviços das IPSS são múltiplas, podemos referir que existem Utentes/Clientes directos: (todos os utentes/clientes dos equipamentos sociais) e Clientes/Parceiros indirectos (Segurança Social, Ministério Saúde, Educação, Autarquias e outros)

Perspectiva dos Processos Internos:

Esta perspectiva só deve ser definida, após a perspectiva dos clientes/utentes, que constituem o elemento fundamental para o cumprimento da missão das IPSS na medida em que irá produzir os 'serviços' desejados pelos utentes.

Perspectiva de Aprendizagem e Crescimento:

Esta perspectiva constitui uma pedra angular nestas instituições, constantemente focadas na sua missão e no cumprimento das suas metas sociais. Para o cumprimento destas, dependem principalmente, da motivação, dedicação e alinhamento dos seus recursos humanos para atingir as metas propostas.

As componentes chave são: as competências dos colaboradores, a sua motivação e formação a curto e médio prazos, acesso à informação e clima organizacional.

De facto, esta perspectiva é extremamente importante, na medida, em que as instituições trabalham para satisfazer as necessidades humanas, e por isso com seres humanos, muitas das vezes debilitados quer fisicamente, quer psicologicamente, torna-se necessário, que as instituições tenham colaboradores fortemente motivados para a missão, satisfeitos, humanizados e constantemente valorizados.

Perspectiva Financeira

Esta perspectiva é também fundamental para as instituições, dado que sem orçamento suficiente não conseguirão sobreviver no médio e longo prazo. É através das verbas disponibilizadas, quer pelo Estado, quer pelas receitas resultantes da prestação

de serviços, dos donativos e outros, que conseguem perdurar no longo prazo. No entanto, dado que vivemos num período socioeconómico difícil para as famílias e para o próprio Estado, as IPSS têm grandes preocupações com a sua sustentabilidade daí que, esta perspectiva se torne cada vez mais crucial para a governação, cada vez mais complexa, das IPSS, para o que deve existir um equilíbrio entre a eficiência e a eficácia das acções desenvolvidas. Deverão os gestores das Instituições dar especial atenção aos 3 e's: **economia, eficiência e eficácia** nas decisões que tomam, de forma a dar continuidade, de forma sustentada, à realização da missão da instituição.

Com a adopção do Modelo 'Balanced Scorecard' pelas instituições não lucrativas, a sua **arquitectura** tem que ser ajustada à realidade do sector. Assim, a componente dos **clientes/utentes** passa para o **topo do Scorecard** e o principal objectivo de toda a actividade é direccionada para o cumprimento da missão institucional que aparece no ponto mais alto.

Um denominador comum e central de toda a organização é a **definição de uma estratégia** clara e concisa no centro.

A perspectiva financeira é muito importante mas não é a razão de ser das instituições sem fins lucrativos

EXEMPLO DE ARQUITECTURA E INTERACÇÕES DO MODELO 'BALANCED SCORECARD' NAS IPSS.



Solicito alguma paciência aos leitores para aguardarem pelos indicadores práticos que partilharei na próxima edição do Solidarietà.

Saudações Solidárias

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Pela erradicação da pobreza

1. Outubro está associado à “Erradicação da Pobreza”. Pela primeira vez em 1992, a data - dia 17 - foi comemorada oficialmente com o objetivo de alertar a população para a necessidade de defender um direito básico do ser humano.

Antes, a 17 de outubro de 1987, Joseph Wresinski, o fundador do Movimento Internacional ATD Quarto Mundo, convidou as pessoas a reunirem-se em honra das vítimas da fome e da pobreza em Paris, no local onde tinha sido assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao seu apelo responderam cem mil pessoas.

A erradicação da pobreza e da fome é um dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio, definidos no ano de 2000 por 193 países membros das Nações Unidas e por várias organizações internacionais. É também uma causa há muito abraçada pelas Instituições de Solidariedade.

Naquele dia dá-se voz aos pobres e unem-se esforços para acabar com a pobreza.

2. Dados revelados pelas UNESCO indicam que 842 milhões de pessoas continuaram a sofrer de fome crônica entre 2011 e 2013.

O Banco Mundial - que é uma instituição financeira criada a partir das Conferências de Bretton Woods, em 1945, bem como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) - tem por prática realizar pesquisas sobre a pobreza no mundo. Como a sua principal função é a de realizar empréstimos aos países pobres, impondo a eles regras muitas vezes leoninas, ao que parece gosta de colocar no papel o resultado daquilo que provoca. A pesquisa revela que os pobres do mundo são predominantemente do meio rural (80%), jovens (44% tem até 14 anos), de baixa escolaridade (39% não têm escolaridade formal), a maioria empregados no setor agrícola (64%), e vivendo em famílias que têm mais de dois filhos. Do total de 766 milhões de pessoas nessas condições de pobreza, 385 milhões são crianças e mais de um quinto deles são menores de cinco anos. A África subsaariana tem o maior número de crianças nessa condição, quase 50%. Em segundo lugar vem o sul da Ásia com 36% e a Índia, com 30%. Afetadas pela fome e pela miséria muitas delas morrem antes de atingir a idade adulta, e, se conseguem sobreviver, têm o seu desenvolvimento físico e mental bastante prejudicado.

Esse “mundo” dos “pobres deste mundo” é o de inúmeros “rostos marcados pelo sofrimento, pela marginalização, pela opressão, pela violência, pelas torturas e prisão, pela guerra, pela privação da liberdade e da dignidade, pela ignorância e pelo analfabetismo, pela emergência sanitária e pela falta de trabalho, pelo tráfico de pessoas e pela escravidão, pelo exílio, pela miséria e pela migração forçada”.

De acordo com o INE, no ano passado, em Portugal, 2,595 milhões de residentes estavam em risco de pobreza ou exclusão social, o que representa 25,1% do total. Ou seja, trata-se de uma redução de 1,5 pontos percentuais face a 2015.

O Instituto acrescenta que, do total de pessoas em pobreza ou exclusão social, 18,8% (cerca de 487 mil) eram menores de 18 anos e 18,0% (cerca de 468 mil) eram pessoas com 65 ou mais anos.

“As condições habitacionais adversas, como sejam o número de divisões habitáveis, a existência de instalações sanitárias e as condições físicas e de luminosidade do alojamento afetam mais frequentemente as pessoas em risco de pobreza e as famílias com crianças”, diz o INE, acrescentando que “a sobrecarga das despesas em habitação afetou quase 30% da população com menores rendimentos em 2016”.

O inquérito realizado pelo INE mostra ainda que em 2016 “10,3% das pessoas viviam com insuficiência de espaço habitacional, valor idêntico ao registado nos dois anos anteriores”, sendo que “Portugal regista uma taxa de sobrelotação da habitação inferior à média da União Europeia”.

3. O Papa Francisco propôs que o dia 19 de Novembro deste ano seja o “Dia mundial dos Pobres”. “Dia da erradicação da pobreza” e “Dia dos pobres” podem ser relacionados entre si.

Na sua mensagem de sensibilização para a celebração do “Dia dos Pobres”, o Papa refere: “Infelizmente, nos nossos dias, enquanto sobressai cada vez mais a riqueza descarada que se acumula nas mãos de poucos privilegiados, frequentemente acompanhada pela ilegalidade e pela exploração ofensiva da dignidade humana, causa escândalo a extensão da pobreza a grandes sectores da sociedade no mundo inteiro. Perante este cenário, não se pode permanecer inerte e, menos ainda, resignado. A pobreza tem o rosto de mulheres, homens e crianças explorados para vis interesses, espeznhados pelas lógicas perversas do poder e do dinheiro.

Como é impiedoso e nunca completo o elenco que se é constringido a elaborar à vista da pobreza, fruto da injustiça social, da miséria moral, da avidez de poucos e da indiferença generalizada!”

À pobreza que inibe o espírito de iniciativa de tantos jovens, impedindo-os de encontrar um trabalho, à pobreza que anestesia o sentido de responsabilidade, induzindo a preferir a abdicação e a busca de favoritismos, à pobreza que envenena os poços da participação e restringe os espaços do profissionalismo, humilhando assim o mérito de quem trabalha e produz: “a tudo isso é preciso responder com uma nova visão da vida e da sociedade”.

O Papa acentua, depois, que não se deve pensar nos pobres “apenas como destinatários duma boa obra de voluntariado, que se pratica uma vez por semana, ou, menos ainda, de gestos improvisados de boa vontade para pôr a consciência em paz”. Embora válidas e úteis a fim de sensibilizar para as necessidades de tantos irmãos e para as injustiças que frequentemente são a sua causa, estas experiências “deveriam abrir a um verdadeiro encontro com os pobres e dar lugar a uma partilha que se torne estilo de vida”. Desafia, depois, a que se estenda “a mão aos pobres, a encontrá-los, fixá-los nos olhos, abraçá-los, para lhes fazer sentir o calor do amor que rompe o círculo da solidão. A sua mão estendida para nós é também um convite a sairmos das nossas certezas e comodidades”. E conclui: “se desejamos dar o nosso contributo eficaz para a mudança da história, gerando verdadeiro desenvolvimento, é necessário escutar o grito dos pobres e comprometermo-nos a erguê-los do seu estado de marginalização”.

A pobreza é sempre injusta e manifestação de outras injustiças. As muitas Instituições de Solidariedade sabem-no e combatem-na com as significativas envolvências das comunidades, com as suas múltiplas iniciativas, as suas inovadoras organizações, os seus voluntários dirigentes, os seus muitos e dedicados trabalhadores. Privilegiando os mais carenciados, promovendo a inclusão pela ação social direta, pela educação, pela promoção da saúde e pelo desenvolvimento local.

“Deus criou o céu e a terra para todos; foram os homens que, infelizmente, ergueram fronteiras, muros e recintos, traindo o dom originário destinado à humanidade sem qualquer exclusão”.

RUMO AO CONGRESSO NACIONAL

Sessão final sobre Economia Social agendada para 14 e 15 de novembro

Nos dias 14 e 15 de novembro, o Grande Auditório do ISCTE - IUL acolherá o 1º Congresso Nacional da Economia Social, terminada a ronda de quatro sessões temáticas que decorreram em diversos pontos do País. Agora, segundo Francisco Silva, “o objetivo é criar a Confederação até final de Outubro para que seja apresentada no decorrer do Congresso”. A proposta Confederação Nacional da Economia Social tem já a adesão da Confagri e da União das Misericórdias, mas não recolhe a concordância da CNIS.

Eram as quatro previstas, mas em Évora, onde decorreu a quarta sessão, o presidente da Comissão Organizadora do Congresso, Francisco Silva, anunciou que surgira a possibilidade de “realizar uma quinta sessão nos Açores”.

A possibilidade surgiu na sequência da participação da secretária Regional da Solidariedade Social dos Açores, Andreia Cardoso da Costa, na sessão na Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, e de outros elementos de entidades da Economia Social açoriana, o que lhes aguçou a vontade de realizarem semelhante encontro no arquipélago.

A 4ª Sessão Temática, intitulada «Economia Social: das pessoas, com as pessoas», iniciou-se com o padre Vítor Melícias, presidente da Mesa do Congresso, a reforçar a ideia da importância da reunião agendada para novembro, defendendo que “o Congresso é altamente promissor”.

“Esta é a quarta sessão temática de um evento importante para a Economia Social, o mais importante realizado em Portugal”, referiu, acrescentando: “Estamos a tentar aproximar-nos, ao longo destas quatro sessões, da criação da Confederação Nacional para melhor defender a Economia Social”.

Este propósito, que já tem a adesão da Confagri e da União das Misericórdias, não recolhe a concordância da CNIS, uma posição expressa pelo padre Lino Maia, no decorrer da 2ª Sessão Temática na Póvoa de Varzim.

Segundo Francisco Silva, “o objetivo é criar a Confederação até final de Outubro para que seja apresentada no decorrer do Congresso, em novembro”.

Sobre a quarta sessão, «Economia Social: das pessoas, com as pessoas», o padre Vítor Melícias acrescentou “pelas pessoas e para as pessoas”, sublinhando o espírito que norteia quem labora na Economia Social, ou seja, quem labora sem fins lucrativos.

De Espanha veio Juan Pedreño, presidente do SEE (Social Economy Europe) e da CEPES (Confederação Empresarial Espanhola da Economia Social), que traçou um retrato do momento atual da Economia Social no seio da União Europeia e exortou os presentes a incrementarem os seus esforços no sentido de



reforçar o papel da Economia Social na Europa (atualmente, apenas Portugal, Espanha, Bélgica, França e Itália integram o SEE).

Juan Pedreño partilhou ainda aqueles que são para ele os quatro grandes desafios da Economia Social no momento: “Promover o desenvolvimento da Economia Social na União Europeia, especialmente nos países em que ela está menos desenvolvida; Potenciar a visibilidade da Economia Social e o impacto económico e social que tem; Consolidar a representação da Economia Social na Europa através do SEE; Que do diálogo estrutural com as instâncias da União Europeia resulte uma aposta ambiciosa da Europa na Economia Social, através de um Plano de Ação plurianual e financiado adequadamente”.

A terminar, o presidente do SEE lembrou que o trabalho da instituição a que preside já deu frutos, com as ações e estratégia da Comissão Europeia para a Economia Social 2017-2018, estruturadas em cinco pilares: Acesso a

financiamento, acesso aos mercados, melhoria da legislação, inovação social, tecnologias e digitalização e dimensão internacional.

Os trabalhos da parte da manhã terminaram com a conferência «Economia Social e as Políticas de Saúde», a cargo de Manuel de Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas, cuja apresentação foi de Maria João Quintela, membro da Direção da CNIS.

Ainda antes de fazer a apresentação formal do conferencista, a dirigente da CNIS com o pelouro da Saúde abordou o papel das IPSS no universo dos cuidados de saúde às populações, intervenção que rematou, com recurso a uma expressão de David Mourão-Ferreira, dizendo sobre as instituições do Setor Social Solidário: “Na vida, ou se resiste, ou se desiste”.

E desistir não está, segundo ela, no ADN das IPSS.

Sobre o tema da conferência, Maria João Quintela lembrou que as IPSS “querem

aprofundar os padrões que sempre tiveram de humanidade, respeito e dignidade, pela vida humana em todo o ciclo de vida, não esquecendo nunca os princípios da beneficência, da compaixão, da caridade, e o respeito pela individualidade, privacidade, integridade e defesa da qualidade dos cuidados, desde a prevenção e promoção da saúde, à reabilitação e ao acompanhamento total da vida”.

Para a dirigente da CNIS, num contexto como o atual, o Setor Social Solidário, no quadro da Saúde, “não pode ter constrangimentos financeiros que não são conciliáveis com a qualidade que anseiam e que as pessoas esperam e a que têm direito, e ser objeto de discriminação e até de concorrência desleal, a um nível só visto até hoje num quadro de aniquilação de valores, estereótipos negativos, preconceitos redutores e desafios não comportáveis”.

Assim, prosseguiu, “apelidando as IPSS de «não lucrativas», pode esquecer-se que os «lucros humanos», de autonomia, independência, dignidade e inclusão, são o principal objetivo que as instituições de solidariedade procuram cumprir, com enorme esforço, resiliência e espírito de sacrifício, defendendo acima de tudo as pessoas que apoiam e que, na grande maioria dos casos, não têm mais ninguém que as proteja e promova”.

É por isto que as instituições “estão sempre de portas abertas em qualquer catástrofe, em situações totalmente imprevisíveis, cuja frequência e intensidade são crescentes, sem que o reconhecimento devido se faça muitas vezes justamente, quer na opinião pública, quer na atitude do Estado”, lamentou.

Depois de elencar alguns projetos da CNIS, como o das «IPSS amigas do Envelhecimento Ativo», e da intervenção em projetos de investigação, como o diagnóstico de saúde nas IPSS, Maria João Quintela sublinhou “o potencial de influência, inovação, operacionalização de políticas e atuação a nível local, individual, em proximidade e em humanidade das organizações da Economia Social Solidária é, no campo da Saúde, um aspeto a aprofundar na consciência social dos problemas e na operacionalização sustentável das respostas”.

Para a dirigente, a solidariedade social “tem que ter na Saúde, e na defesa da Vida, o seu papel mais nobre mas também um reconhecimento mais justo, para as instituições e, naturalmente, para as pessoas”, porque “a saúde não é apenas um conjunto organizado, sustentável e rentável de camas, cadeiras de rodas, atos médicos, terapêuticos, cirúrgicos ou de reabilitação, cujos modelos para as IPSS variam consoante as legislações e os governos sucessivos, exigindo uma adaptabilidade, flexibilidade e espírito voluntário que não acontece em mais nenhum outro setor”.

Por seu turno, Manuel de Lemos assumiu-se como “um defensor do SNS, não só pelo que ele representa de coerência na organização da prestação de cuidados, mas também pela oportunidade que dá aos cidadãos de um acesso rápido e qualificado que lhes assegura a dignidade e a cidadania”, mas ressaltou não confundir nem reduzir o SNS ao serviço público de saúde.

Depois, lembrou que “é importante que os portugueses e o Estado percebam que a disponibilidade de cooperação das instituições de



Economia Social é séria, rigorosa, competente, assente num conjunto de princípios e valores”, destacando ser “fundamental que se reconheçam, se valorizem e se preservem, também na Saúde, a específica natureza e objetivos de cada um dos três setores e que, sem excluir nenhum deles, tendo em atenção aquilo que os diferencia, designadamente distinguindo com clareza o Setor Público e o Setor da Economia Social, por natureza não lucrativos, do Setor Privado Lucrativo”.

Complementaridade é essencial, realidade bem evidente, como exemplificou, na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, em que “as unidades do Setor Social da Economia Social cobrem todo o território, cobrem-no com qualidade e cobrem-no a baixos custos”.

A terminar, Manuel de Lemos afirmou acreditar que “a participação das instituições de Economia Social na prestação de cuidados de saúde dentro do SNS é a melhor e mais eficaz forma de o defender, de defender os cidadãos, sobretudo os mais desfavorecidos e necessitados e, em última análise, criar um Portugal mais justo, mais desenvolvido, mais inclusivo e mais coeso”.

Da parte da tarde, Eugénio da Fonseca discorreu sobre a temática do voluntariado, num painel intitulado «Economia Social: criação de emprego e voluntariado», terminando a sessão



com o painel «Economia Social e Juventude».

Nesta mesa redonda, jovens de diversas famílias da Economia Social deixaram o seu testemunho, com Tiago Abalroado, presidente da Unitate e da UDIPSS Évora, a sublinhar que as instituições têm que saber motivar, captar e reter os jovens, sendo fundamental para tal: “Parar de somar as partes, mas trabalhar o todo, envolvendo os jovens”.

Ainda com a possibilidade de uma sessão temática extra, a realizar nos Açores, o Congresso Nacional da Economia Social fez o seu caminho ao longo de 2017, recolhendo propostas e debatendo os assuntos da Economia Social, estando a Sessão Final agendada para 14 e 15 de novembro, no Grande Auditório do ISCTE – IUL, em Lisboa, podendo os interessados inscrever-se até ao dia 10 de novembro.

CHAMA DA SOLIDARIEDADE

Percorrer todo o distrito de Setúbal para chegar à Festa em 2018

Depois de ter viajado ao longo do último mês pelo concelho do Seixal, a Chama da Solidariedade passará, dia 10 de outubro, para o vizinho de Almada, onde o facho solidário será protagonista de diversas iniciativas em IPSS do concelho.

Com a mira na Festa da Solidariedade, que decorrerá em junho de 2018, a UDIPSS Setúbal encetou, no início de setembro, um périplo por todo o distrito, em que a Chama marca presença durante um mês em cada um dos concelhos.

Assim, a viagem da tocha solidária começou no Seixal, continua agora por Almada, seguindo-se Palmela, Santiago do Cacém, Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Barreiro, Moita, Alcochete, Montijo, Sesimbra e Setúbal, onde, no dia 8 de junho do próximo ano, se realizará a 12ª edição da Festa da Solidariedade, o evento da CNIS que visa propagar os valores que unem as diversas IPSS do País.

Para além da viagem da Chama da Solidariedade por todo o distrito ao longo de um ano inteiro, a UDIPSS Setúbal abraçou a iniciativa do CLAS do Seixal, cujo propósito é construir o «Livro da Solidariedade».

É um livro cujas folhas serão acrescentadas à medida do contributo das instituições dos vários concelhos do distrito setubalense, mas em que não está posta de lado a possibilidade de ser uma publicação com vários volumes.

O «Livro da Solidariedade» será concebido em formato A3, na horizontal e as folhas devem ser concebidas e trabalhadas em base de tecido.

As entidades da parceria poderão trabalhar uma página, na horizontal, com uma mensagem de cariz solidário, recorrendo a vários materiais, como pinturas, colagens, poesia,



etc.. Deverão ser evitados demasiados motivos em relevo, para que não comprometa o manuseamento do livro.

Não serão consideradas folhas que não respeitem o tamanho A3 (29,7 cm x 42 cm) e, do lado esquerdo, deverá ser deixada uma margem de cerca de 3 cm, para posterior colocação dos ilhós.

É mais uma iniciativa para congregar as instituições em torno da Chama e da Festa da Solidariedade e que estimula a sua participação ativa nas mesmas.



CNIS E FNE

Novo CCT faz alterações salariais

Foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego nº 36, de 29 de setembro o Contrato Coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e a Federação Nacional da Educação (FNE) e outros.

O presente acordo altera o CCT no que toca às tabelas salariais e outras matérias de expressão pecuniária.

Os novos valores correspondem ao restabelecimento da diferenciação salarial e ao impacto do aumento da Retribuição Mensal Mínima Garantida para 557 euros em 2017 e também dizem respeito à atualização salarial.

Pela FNE - Federação Nacional da Educação, eis a lista de Sindicatos subscritores que fazem parte: SPZN - Sindicato dos Professores da Zona Norte; SPZC - Sindicato dos Professores da Zona Centro; SDPGL - Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo; SDP Sul - Sindicato Democrático dos Professores do Sul; SDPA - Sindicato Democrático dos Professores dos Açores; SDP Madeira - Sindicato Democrático dos Professores da Madeira; STAAE-ZN - Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte; STAAE-ZC - Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistente e

Auxiliares de Educação da Zona Centro; STAAE-Sul e Regiões Autónomas - Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação Sul e Regiões Autónomas; SINDITE - Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica; SITRA - Sindicato dos Trabalhadores de Transportes; SINAPE - Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação; SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, SINDEP - Sindicato Nacional e Democrático dos Professores; SNAS - Sindicato Nacional dos Assistentes Sociais; SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos.

UDIPSS BRAGA

Piquenique e convívio intergeracional no fecho da Semana Social

O dia até nasceu envergonhado, mas com o decorrer das horas o sol levou a melhor sobre as nuvens, aqueceu corpos e espíritos e abrilhantou de forma intensa o encerramento da Semana Social da UDIPSS Braga que encheu de alegria e animação a zona envolvente do Santuário da Penha, em Guimarães.

Às nove da manhã já o assador estava a ser montado, onde pouco depois uma vitela seria assada e distribuída por muitos dos convivas, uma gentileza da vimezanense Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Em frente ao Santuário da Penha eram, também, montados os insufláveis que momentos depois levariam a criançada ao delírio coletivo.

A intenção era celebrar de forma descontraída a solidariedade no distrito de Braga, depois de dois dias de abordagem a assuntos mais sérios em outros tantos seminários («Os Modelos de Negócio das Organizações Sem Fins Lucrativos» e «Investimento Social: Tendências e Desafios»).

“No primeiro dia olhámos para aquilo que é a sustentabilidade das instituições, uma matriz de gestão que possa ser cuidada, naquilo que é a fidelidade à matriz e à missão que as IPSS não podem nunca descuidar”, começou por referir o cônego Rosmaninho Mariz, presidente da UDIPSS Braga, responsável e promotora da Semana Social, que este ano se realizou pelo segundo ano consecutivo.

Sobre o segundo seminário, que também aconteceu em Guimarães, cidade escolhida para acolher a segunda edição da iniciativa, o presidente da União Distrital recordou que foram abordados temas “mais no âmbito estatal e da Segurança Social, enquadrando a perspetiva do 2020, a inovação social e de tudo aquilo que é novo e que as instituições nem sempre estão sensibilizadas”, rematando: “O propósito era precisamente sensibilizá-las para estas novas realidades e possibilidades”.

Depois de dois dias mais institucionais, o terceiro e último dia da Semana Social minhota foi de puro convívio e diversão.

E não podia ter melhor final a Semana Social do que um são convívio entre diversas gerações que começou com um belo de um piquenique e terminou em festa e com muita música.

Os grupos das muitas IPSS que marcaram presença, oriundas dos quatro cantos do distrito de Braga, foram chegando aos poucos e povoando o alto da Penha.

Findo(s) o(s) repasto(s), as centenas de pessoas presentes, entre crianças e seniores, entregaram-se aos deleites da celebração. Os mais novos, eufóricos, desfrutavam dos insufláveis, saltando, correndo, dando cambalhotas, ou comiam pipocas e algodão doce, enquanto os mais velhos assistiam à animação musical e, os mais afoitos dançavam mesmo sob o Sol já abrasador, o que obrigou muitos dos presentes a refugiarem



nas muitas sombras que a Penha oferece. Mesmo assim, e apesar de aparentemente desfasados do centro da atividade, a interação foi uma constante.

Palhaços, mágicos e malabaristas, o grupo de bombos Cercissons, da Cercigui, e muitos outros animaram de forma especial o dia de centenas de utentes e celebraram a solidariedade.

“O balanço é muito positivo. Estão aqui mais de 1.200 pessoas em convívio e interação intergeracional, um momento em que também eles potenciaram um tempo de partilha e de convívio. É sempre salutar isto acontecer”, referiu o cônego Mariz, acrescentando: “O papel de uma IPSS no seio de uma comunidade também é de fortalecer o convívio, tão essencial para combater a solidão que tantas vezes causa tantos males e depressão às pessoas”.

O presidente da UDIPSS Braga destacou: “Este pequenino gesto de plantar umas oliveiras, árvore símbolo da paz e também da fecundidade, porque de um pequenino ramo que se arranca e se planta nasce outra oliveira. E que também a ação social no seio da sociedade seja sempre esse raminho de oliveira, sempre a crescer e que seja potenciador da paz, da paz social neste caminhar de uns com os outros”.

Por outro lado, o cônego Mariz sublinhou a ainda a importância destas iniciativas para intensificar as relações entre as IPSS do distrito.

“Esse também é um dos objetivos desta iniciativa, o fortalecer das relações entre as IPSS, por vezes muito autonomizadas dentro de si, e que estes momentos de reflexão e de convívio possam



fortalecer essa comunhão e essa partilha no seio das instituições”, defendeu, referindo ainda a importância deste tipo de encontros para a coesão social, “que tem que ser sempre cimentada”.

“Isto é como uma parede que para se manter coesa tem que ser cuidada e, nesse sentido, também o Setor Social é uma parede, é um apoio sólido no caminhar desta sociedade que se quer mais solidária e fraterna. E o encontro, a comunhão e a partilha são muito importantes para esse cimento, para que essa parede seja sólida. Só um Setor Social forte, unido e coeso poderá mostrar o seu valor e a sua importância para a sociedade”.

A Semana Social vai na segunda edição, nasceu em 2016 no âmbito da celebração do 15º aniversário da UDIPSS Braga e é para continuar.

“Sentimos que era relevante e importante e por isso este ano replicámos a experiência, sempre com o cuidado de podermos descentralizar a iniciativa”, finalizou o cônego Mariz.

ARPIAC, SINTRA

Idosos e crianças de Agualva-Cacém têm na instituição um porto seguro

A ARPIAC - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Agualva-Cacém, concelho de Sintra, nasceu em 1982 por iniciativa de um grupo de pessoas que já nessa altura sentia a necessidade de apoiar a população idosa da freguesia. Face ao crescimento das necessidades, em 2003 inaugura um edifício construído de raiz que permitiu a abertura de um Lar residencial para idosos e, em 2010, a abertura de uma creche, passando a instituição a desenvolver um trabalho de vertente intergeracional. Com a capacidade lotada, a instituição vive as dificuldades normais de uma IPSS, sendo que apoia uma comunidade a caminho das 100 mil pessoas.

“A ARPIAC nasce no pós-25 de abril, inicialmente com uma comissão instaladora para uma associação de reformados, mas só veio a concretizar-se em janeiro de 1982”, conta Herculano Silva, presidente da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Agualva-Cacém, relembrando: “E funcionou inicialmente no Complexo do Zambujal, numas instalações atualmente ocupadas pela Academia Cultural Sénior. Foi ali que a instituição prestou serviço até que construímos o presente edifício-sede, tendo a mudança acontecido em abril de 2003”.

Em 1982, a instituição iniciou atividade apenas com um Centro de Convívio e um Centro de Dia, tendo, mais tarde, arrancado a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

“Um serviço ainda sem dar um apoio grande, pois havia muitas limitações de meios físicos e humanos, e foi só com a abertura das novas instalações que esse serviço ganhou mais dimensão no apoio à população idosa”, revela Herculano Silva, há 20 anos ligado aos destinos da ARPIAC.

De igual modo, foi apenas com a entrada em funcionamento do edifício construído de raiz no Bairro da Eureka que nasceu a resposta de ERPI.

Por outro lado, o Centro de Convívio, que esteve na génese da instituição, deixou de o ser, passando a Academia Cultural Sénior, “onde as pessoas aproveitam para conviver e para se valorizarem, enquanto ocupam o seu tempo no pós-serviço ativo no mercado de trabalho”, explica o presidente da instituição.

A Academia Cultural Sénior da ARPIAC foi inaugurada em Outubro de 2003, entrando em funcionamento nesse mesmo ano e iniciando o ano letivo com 90 alunos, que frequentaram cursos diversos, entre os quais o de alfabetização.

Constituindo-se, desde então, como “um polo de agregação e dinamização da cidade do Cacém e um meio de combater sentimentos de isolamento, baixa autoestima e desvalorização que tanto afetam a população mais velha”, refere.

A verdade é que o número de alunos não



tem parado de crescer, sendo que, atualmente, frequentam a Academia Cultural Sénior da ARPIAC mais de 250 alunos.

Entretanto, e nos tempos que correm, a ARPIAC acolhe em Lar de Idosos 61 utentes e em Centro de Dia 35, apoiando ainda, através do SAD, 65 seniores.

“O foco foi, desde início, as pessoas idosas e também algumas que desligadas do ciclo laboral ativo e que por deficiência ou outra patologia necessitavam de apoio”, explica o presidente, que adianta a razão que levou a instituição a abraçar o desafio de construir uma creche e que hoje acolhe 83 crianças e bebês.

“A extensão da nossa atividade à infância dá-se em 2010 com a construção do edifício anexo ao principal, que é creche e berçário. Aqui recebemos crianças a partir dos três meses até aos três anos de idade, porque achámos, na altura,

que era interessante ter os dois extremos geracionais em contacto. Por exemplo, a nossa tuna académica ainda recentemente aqui atuou na presença das crianças e dos idosos, o que é sempre salutar”, explica Herculano Silva.

E se em muitas localidades de Portugal a baixa taxa de natalidade gera grandes preocupações e levanta alguns problemas às IPSS com respostas para a infância, Agualva-Cacém parece, para já, estar imune a tal problema.

“Aqui não há falta de crianças, há é alguma falta de instalações para as acolher, até porque uma das grandes instituições para crianças da freguesia, que estava ligada ao Centro Paroquial de Agualva, fechou portas no último dia do ano passado por dificuldades económicas”, sustenta o presidente da ARPIAC, sublinhando que “era uma estrutura que comportava cento e muitas crianças e estas acabaram por ter

que ser distribuídas pelas outras instituições existentes”.

E nem mesmo durante o período agudo da crise a ARPIAC sentiu diminuição da frequência de crianças, tal como aconteceu noutros locais, em virtude de os pais terem caído no desemprego e ficarem com os filhos em casa.

“Não notámos muita flutuação na frequência das crianças no período da crise, porque muitos desempregados, através dos seus centros de emprego, acabavam por frequentar cursos proporcionados pela Segurança Social, pelo que continuavam a necessitar de um local para as crianças”, afirma.

No entanto, “já nas mensalidades notou-se alguma variação”, revela, acrescentando: “Por vezes a criança é admitida mas a determinada altura do seu percurso um dos pais fica desempregado e é necessário reavaliar a mensalidade, o que a Direção faz”.

De resto, a situação socioeconómica da população que recorre à instituição é “bastante diversa”.

“Temos aqui famílias com um nível bom de vida, mas também temos outras com bastantes dificuldades, tanto na infância, como nos idosos. Há quem tenha reformas razoáveis e boas e outros, em especial os que nos são enviados pela Segurança Social, cuja situação é muito frágil. Aliás, 15 das nossas vagas de ERPI estão consignadas à Segurança Social e essas têm sempre mensalidades muito baixas”, argumenta Herculano Silva, destacando: “Depois é necessário reequilibrar através de outro tipo de apoios para mantermos uma gestão razoável da instituição”.

E se a taxa de cobertura dos Acordos de Cooperação é quase total na maioria das respostas, em creche apenas 66 vagas de um total de 83 estão protocoladas com o Estado.

“No entanto, o diferencial é apoiado pela Câmara Municipal de Sintra. Através do pelouro de Ação Social, a autarquia tem desenvolvido um trabalho muito meritório, que veio suprir muitas das dificuldades que as instituições do concelho estavam a sentir. Normalmente não havia um protocolo que cobrisse a totalidade da capacidade das instituições e, então, estabeleceu-se este segundo protocolo, chamemos-lhe assim, entre a Câmara Municipal e as instituições, com belíssimos resultados para as instituições e para o próprio concelho que assim dá um maior apoio às pessoas necessitadas”, congratula-se o presidente da ARPIAC, frisando que “a Câmara Municipal é um parceiro muito importante e espera-se que no futuro assim continue”.

Já a relação com a comunidade é “normal”, sustenta Herculano Silva, explicando: “É uma relação normal para um local que é um dormitório, como muitas das cidades da periferia de Lisboa. As pessoas têm pouco tempo para se dedicar ou para se voluntariar para qualquer coisa nestas instituições. No fundo, é algo perfeitamente normal. Agora, moralmente a população apoia-nos e compreende as nossas dificuldades, mas pouco mais do que isso. Quando foi para a construção deste edifício fizemos pedidos e a população respondeu, mas hoje nem o mecenato existe. Por exemplo, nós solicitamos a consignação dos 0,5% do IRS, mas o que dá é muito pouco, é sempre muito residual. Penso



que não acontece só connosco, mas as pessoas não estão sensibilizadas para esta doação”.

Apesar das dificuldades inerentes a uma instituição da dimensão da ARPIAC, que conta com um corpo de 108 trabalhadores, a situação financeira “é razoável”.

“Não podemos dizer que esteja muito boa, porque, por exemplo, estamos a precisar de pintar o edifício e não temos verba para tal”, lamenta, acrescentando: “Temos tentado chegar ao final do ano com equilíbrio favorável, porque temos que estar constantemente a investir. Tanto na área das crianças como na dos idosos, há uma deterioração bastante acelerada dos edifícios e é preciso estar sempre a suprir tudo aquilo que aparece estragado”.

Para Herculano Silva, o segredo passa por “uma gestão razoável, preocupada com o equilíbrio de contas, tentando fazer constantes consultas ao mercado para poder optar por preços mais baratos, mantendo a qualidade”.

E é precisamente por a situação financeira ser «apenas» razoável e não muito boa que alguns projetos urgentes ainda estão à espera de ver a luz do dia.

“Neste momento precisávamos de reparar algumas pequenas fissuras que vão surgindo na estrutura externa do edifício e de pintar todo o edifício, mas este é um projeto que terá que ficar adiado, de certeza que ficará adiado para o próximo ano, porque ainda temos que arranjar maneira de suportar essas intervenções. A capacidade financeira de momento é diminuta para fazer as obras”, sustenta, argumentando: “A pintura e reparação nunca será menos de 60 a 70 mil euros e esta é uma verba muito avultada para uma instituição como a nossa”.

Outro projeto antigo, mas definitivamente abandonado foi o da criação da resposta de Pré-escolar, uma vez que as crianças atingindo os três anos são obrigadas a abandonar a instituição.

“Como referi houve o caso da resposta do Centro Paroquial que fechou portas por dificuldades económicas, por isso achámos que



seria pouco prudente enveredarmos por esse alargamento, que, depois, ainda dependeria de dois Ministérios, o da Segurança Social e o da Educação”.

De momento, “a maior preocupação é gerir bem a casa, ter os utentes, que são a razão de ser destas instituições, contentes, satisfeitos e servidos com boa qualidade”, refere Herculano Silva, que deixa um lamento: “Pesa-nos, por vezes, o facto de querermos aumentar o pessoal um pouco acima das tabelas mas não podermos. Essa é a nossa maior preocupação, porque queríamos remunerar o pessoal de maneira mais digna, porque os serviços que desempenham são muito violentos, física e psicologicamente”.

E como seria Agualva-Cacém sem a ARPIAC? “Seria difícil, até porque a ARPIAC foi a primeira instituição desta populosa cidade que vai a caminho dos 100 mil habitantes. Foi a primeira instituição a prestar serviços à população idosa. Felizmente outras foram surgindo e abrindo portas, mas nunca somos de mais para as necessidades. É que perante o envelhecimento da população, fruto da melhoria das condições de vida a vários níveis, estas instituições são fundamentais para que os idosos tenham um fim de vida mais digno. E em relação às crianças está a tentar-se transmitir à população que incrementa o índice de natalidade, mas também temos que ter estruturas para apoiar as famílias”, defende Herculano Silva.

ENVELHECIMENTO ATIVO

Procuram-se políticas inclusivas e sustentáveis para todas as idades

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social afirmou que “os desafios” colocados aos estados com o envelhecimento populacional exigem “políticas inclusivas e sustentáveis” para as pessoas de todas as idades.

Estas políticas devem “garantir vidas saudáveis”, alcançando a igualdade de género, e promover “a adaptação dos mercados de trabalho, dos sistemas de proteção social e dos serviços de saúde e de cuidados”, defendeu o ministro na abertura da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o envelhecimento ativo, que decorreu em Lisboa.

Segundo dados apresentados por Vieira da Silva na conferência, em 2017, 15,4% da população na região UNECE (Comissão Económica das Nações Unidas para a Região Europa) tinha 65 anos contra os cerca de 13% em 2002.

“As tendências atuais indicam que, até 2030, as pessoas com 65 ou mais anos vão representar mais de um quinto da população da região UNECE”, frisou o ministro.

Vieira da Silva lembrou que o aumento da

esperança de vida tem “implicações importantes e de longo alcance” a nível social, territorial, económico e cultural.

Para o ministro, este aumento da esperança de vida terá de ser acompanhado pela “qualidade de anos de vida”.

“As pessoas devem envelhecer com dignidade e segurança, disfrutando a vida através da plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais”, defendeu o ministro.

Esta situação - acrescentou - exige também “um combate permanente contra o discurso da segregação geracional, promovendo a solidariedade e respostas solidárias, em particular no domínio da relação entre gerações”.

Mas os desafios que se colocam “só podem ser alcançados através de um compromisso conjunto”, para garantir “uma sociedade sustentável para todas as idades”.

Segundo projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE) a população com 65 ou mais anos residente em Portugal passará de 2,1 para 2,8 milhões de pessoas entre 2015 e 2080.





F3M
Information Systems

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

FORMAÇÃO'17
consulte já as novidades em www.f3m.pt

ECONOMIA SOCIAL

SOFTWARE ESPECÍFICO

MAIS DE 3000 CLIENTES

IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	ÁREA SAÚDE
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	CLÍNICA INTERNAMENTO
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO
			PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA

PROCESSOS CHAVE

REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS

PORTAL SOCIAL

DIREÇÃO

FUNCIONÁRIOS

RESPONSÁVEIS DOS UTENTES

LIVRO DIGITAL "MEMO"

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

III FÓRUM ECONOMIA SOCIAL

As metas do social são também os meios para as alcançar

«A Importância do Social na Economia» esteve em debate no III Fórum Economia Social, uma iniciativa da Unitate, IPSS de Vila Viçosa, que depois de Évora e Lisboa levou o evento à cidade do Porto.

Com o propósito de estimular o debate e a reflexão em torno dos grandes desafios da Economia Social do momento, o arranque da terceira edição do Fórum Economia Social não podia deixar de versar o tema do momento.

De facto, tem sido intenso e profícuo o debate em torno da Economia Social e da possível criação de uma Confederação Nacional, cujas recentes manifestações é para que se concretize mesmo já nos próximos dias 14 e 15 de Novembro, aquando da Sessão Final do Congresso Nacional da Economia Social.

E como esta é uma questão ainda em aberto e que não reúne consenso, também na Universidade Católica do Porto, onde decorreu o Fórum, o tema marcou presença.

«A questão da Economia Social tem sido muito debatida, inclusive de, eventualmente, criarmos uma organização que represente o setor», começou por dizer João Dias, presidente-adjunto da CNIS, lembrando, de seguida, que «a Economia Social é uma família, mas tem membros diferentes, cada com as suas idiossincrasias».

É conhecida a posição da CNIS no sentido de se continuar a aprofundar o debate e não no da apressada criação de uma organização que congregue todos os diferentes agentes da Economia Social.

«O percurso do Congresso, com as diversas sessões temáticas, tem vindo a esbater diferenças, mas convém não nos iludirmos, porque não somos todos iguais», defendeu o responsável da CNIS, sublinhando: «Nestes anos temos vivido de costas voltadas. Temos feito caminho nos últimos tempos, mas será esta a altura para dar este passo? O setor que coopera com o Estado é um universo que quer estar de corpo inteiro na Economia Social, mas sem perder os princípios fundacionais da proximidade e da solidariedade».

João Dias terminou referindo que apesar de estarem «em pontos diferentes, estes são complementares» e deixou um desafio a todos: «Vamos agarrar nas características próprias e fazer uma Economia Social que não seja igual a todas as outras só porque tem que ser. E espero que possamos fazer um percurso que ajude as pessoas».

Antes, já Eduardo Graça, em representação do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, havia suscitado a questão.

«O setor da Economia Social tem um défice de consagração e reconhecimento público e esta

é uma questão que deve ser encarada para se dar um passo em frente: na representação, que é preciso reforçar e é nesse sentido que surge o Congresso Nacional e a Confederação que ali se quer apresentar; na mediação, pois é preciso mais entidades e mais ativistas em ação para que haja menos dispersão na diversidade; e na concertação, porque este setor tem que ter um lugar na Concertação Social».

A falta de reconhecimento público da importância da Economia Social é, segundo o também presidente da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, um dos principais obstáculos a ultrapassar.

«Estas iniciativas têm vindo a crescer em quantidade e em qualidade, mas apesar desse crescimento ainda estamos longe de um efetivo reconhecimento público e político da Economia Social. Esta é uma realidade pouco conhecida e reconhecida. É como se fosse um setor invisível», afirmou, acrescentando: «O reconhecimento é importante para que o Estado possa olhar para o setor de forma mais vibrante».

É também na busca de um maior reconhecimento da Economia Social que o Fórum leva o debate a diferentes cidades, porque, como sustentou Tiago Abalroado, presidente da Unitate, na abertura, a intenção é «percorrer o País para que estas ideias cheguem mais longe».

Por seu turno, Humberto Carneiro, da União das Misericórdias Portuguesas, recordou aos presentes que «a Economia Social é o setor mais capacitado para dar uma resposta integral e integrada aos novos desafios sociais do nosso tempo», enquanto Ana Maria Silva, da União das Mutualidades Portuguesas, sublinhou a importância de «reforçar o papel da Economia Social».

De seguida passou-se aos painéis de debate, com o primeiro a versar «A importância do Social a nível Macroeconómico», com Nuno Ornelas Martins, da Católica Porto Business School, a partilhar ideias muito interessantes sobre «A crise em Portugal e na União Europeia do ponto de vista do Desenvolvimento Humano».

Segundo o académico, a opção tomada para atacar a crise incidiu primeiramente no setor financeiro, origem da crise, prosseguiu pelo económico e só por fim se estendeu ao social.

«Segundo a abordagem do Desenvolvimento Humano a causalidade é inversa, devendo começar pelo setor social, depois pelo económico e só então chegar ao setor financeiro», sustentou, acrescentando: «Para a reativação da economia a abordagem do Desenvolvimento Humano defende que as metas sociais são também os meios para as alcançar. E para o setor social ser o ponto de partida da resolução das crises é preciso debate público, para se identificarem as necessidades das pessoas,



e mercado, essencialmente, de pequenas e médias empresas».

Por fim, Nuno Ornelas Martins defendeu que «no circuito macroeconómico o investimento, em primeiro lugar, no social pode resolver as crises».

Por seu lado, José António Pereirinha, do ISEG, sobre «As políticas sociais em contexto de austeridade», lembrou que «a austeridade não é dissociável da crise, porque a crise antecedeu a austeridade que, por sua vez, aprofundou a crise».

«A austeridade reduz as políticas sociais», disse, e como em Portugal representam ¼ do PIB, «é sempre uma área apetecível ao corte, por ser tão grande».

Por fim, José Pereirinha considerou que «Estado Social deve ser mais care e menos cash, que talvez se deva rever o papel redistributivo do Estado e que este talvez deva ser menos um Estado provisório e mais um Estado regulador».

A fechar o painel, André Azevedo, do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, partilhou com a plateia os três problemas que, segundo ele, enfermam a Economia Social.

«Temos a teoria da escolha pública, ou seja, como se controla a má gestão de institutos que estão fora do mercado, e o problema da equidade da provisão, isto é, o Estado é igual para todos, mas no Terceiro Setor pode haver desigualdade no acesso. No entanto, não considero que estes sejam os problemas mais gravosos», sustentou, acrescentando aquele que considera ser o «principal problema e que urge ser resolvido» e que é a «muito acentuada dependência do setor face ao Estado».

A este propósito, da plateia alguém lembrou que «a subsidiabilidade não é verdade em Portugal», avançando que mesmo no setor das IPSS, «onde é maior a dependência do Estado», esta «está abaixo dos 50%».

Outros temas estiveram em debate no III Fórum Economia Social, promovido pela Unitate, em especial «A importância do social a nível local e das organizações».

MUITOS REFUGIADOS ABANDONAM PORTUGAL

Instituições mantêm os braços abertos para o acolhimento

No passado dia 30 de setembro terminou o prazo fixado pela Comissão Europeia do Programa de Recolocação de Refugiados na União Europeia, apesar de ter ficado muito aquém das expectativas. Mesmo assim, e apesar de cerca de metade dos refugiados acolhidos já terem partido para outros países, por força dos vínculos familiares e de amizade, as instituições portuguesas mantêm a disponibilidade para continuar a acolher refugiados. Falta o Estado definir a estratégia a seguir, porque a sociedade civil mantém os braços abertos.

No passado dia 30 de setembro terminou o prazo fixado pela Comissão Europeia, na mesma data de 2015, do Programa de Recolocação de Refugiados na União Europeia, apesar de ter ficado muito aquém das expectativas.

Neste período de dois anos o número de refugiados recolocados, dos milhares que chegaram à Grécia e a Itália, foi muito baixo, não apenas em relação ao seu total (por exemplo, em 2015 a Europa recebeu 1,3 milhões de pedidos de asilo), como também em relação às metas estabelecidas pela própria Comissão Europeia (160 mil pessoas).

Em relação a Portugal, a quota no quadro do sistema de recolocação de refugiados entre os Estados-membros era de 4.295 pessoas ao abrigo do mecanismo de recolocação e 191 pessoas ao abrigo da reinstalação (ou seja, provenientes de países fora da União Europeia), num total de 4.486.

Em fevereiro de 2016, o primeiro-ministro António Costa dava conta da disponibilidade do País em acolher, “no espírito da solidariedade europeia”, até mais cerca de 5.800 refugiados, além da quota, o que perfazia um total de 10.286 pessoas.

A verdade é que sem contar com os 100 que estão para chegar por estes dias de início de outubro, Portugal acolheu apenas 1.435 refugiados, entre as diversas plataformas (PAR, de quem a CNIS é membro fundador, a União das Misericórdias, a Cruz Vermelha, a Câmara Municipal de Lisboa ou o Centro de Acolhimento para Refugiados).

Mesmo assim, o País acolheu cerca do dobro de refugiados que habitualmente acolhia, numa base completamente diferente em que não apenas as instituições anfitriãs das famílias, como os próprios serviços envolvidos tiveram que fazer uma adaptação constante e de alguma forma acelerada.

Apesar dos constrangimentos naturais de uma situação que é nova, o País estava bem visto junto das instâncias europeias e, em março último, era rotulado por Bruxelas como um dos Estados-membros que “estão a respeitar de forma consistente as suas



obrigações para com a Grécia e Itália”.

Apesar disto foi recomendado ao País que aumentasse a capacidade de acolhimento, disponibilidade que, diga-se, desde a primeira hora foi total por parte da sociedade civil.

Só a PAR, que arrancou em outubro de 2015 com 68 instituições anfitriãs, disponibilizou uma capacidade imediata para acolher 85 famílias.

Apesar do constrangimento em encontrar cada vez mais instituições anfitriãs com capacidade para acolher mais refugiados e do esforço das próprias para que o acolhimento fosse o melhor possível, a verdade é que cerca de metade das famílias refugiadas acolhidas partiram sem que o processo de proteção humanitária estivesse concluído (dois anos).

Alemanha e Suécia, mas também França, Bélgica, Holanda e Reino Unido, foram os destinos de cerca de 50% dos refugiados acolhidos em Portugal que decidiram partir

antes dos dois anos de proteção humanitária contratada com as instituições portuguesas, num total de 798 pessoas.

“O que estamos a assistir não é a pessoas que vão embora, mas as pessoas que dão um novo passo nas suas vidas e se autodeterminam e se tornam autónomas”, desdramatiza Rui Marques, que preside à Comissão Executiva da PAR, explicando: “São famílias que deixam de necessitar de proteção tão completa como a PAR permite e decidem livremente, porque são adultos, dar um novo passo nas suas vidas”.

Aliás, como o mentor da PAR refere, “o acordo é para até dois anos com 100% de autonomia”, porque estas pessoas não estão presas nem limitadas nos seus direitos. No extremo, os problemas que a ida para outro país, na maioria dos casos em busca de reunião com familiares ou amigos, lhes pode causar são de índole administrativa.

Mas também aqui, Rui Marques não vê drama e até aventa um cenário futuro.

“Não me admiraria nada que, da mesma maneira que foi decidido que Portugal pudesse substituir-se à Grécia para tratar do processo, venha a ser decidido que, por exemplo, a Alemanha se possa substituir a Portugal na conclusão do processo”, afirma, frisando: “Os países têm o direito de os reenviar para o país onde estavam colocados, mas as pessoas nunca estarão ilegais, podem é ter problemas de irregularidades administrativas com o processo”.

Apesar de tudo isto, o líder da PAR recenra o tema e levanta uma questão pertinente: “Gostava de sublinhar que este fluxo é tão só o processo de autonomização das famílias, que pode ir desde a primeira semana até dois anos. O problema será se ao 24º mês as famílias ainda não se tiverem autonomizado”.

Resumindo, para Rui Marques: “Em primeiro, não há drama nenhum em as pessoas se autonomizarem mais cedo, drama haveria se as pessoas fossem maltratadas em Portugal. Segundo, nenhuma das famílias que saiu até hoje ficou com má relação com a instituição que a acolheu, bem pelo contrário. E mesmo que não o façam num primeiro momento, porque até têm vergonha de ir embora tendo sido tão bem recebidas, mais tarde manifestam essa gratidão à instituição. E, terceiro, o que importa é saber se Portugal, a sociedade civil e as instituições estão ou não a fazer o que devem. Este, sim, é que é o fator crítico de avaliação”.

E nesse particular, para além das instituições se terem esmerado ao máximo para que o acolhimento fosse o melhor, com grande envolvimento das comunidades locais, tudo tem sido feito para que os refugiados possam ter condições de autonomização.

“Não foram identificados constrangimentos no acolhimento, até porque muitos deles já tinham emprego e muitos já falavam Português, mas decidiram ir juntar-se a familiares e amigos”, esclarece Rui Marques, enquanto Ana Rodrigues, do Departamento Técnico da CNIS, sustenta: “Não lhe chamaria constrangimentos, chamar-lhes-ia desafios. É natural que tenha havido desafios a nível da empregabilidade, porque a pessoa chega e necessita de adquirir ferramentas para entrar no mercado de trabalho. O caminho da PAR tem sido o de investir o máximo possível nisso. Depois há os constrangimentos próprios de os serviços estarem a deparar-se com uma realidade que também é nova em Portugal”.

Tem sido várias as instituições associadas da CNIS que têm acolhido famílias refugiadas no âmbito da PAR e que têm vivido esta situação de ver partir aqueles que se comprometeram a acolher e a ajudar nesta nova etapa das suas vidas.

O Cecajuvi (Centro de Convívio e Apoio à Juventude e Idosos), de Santa Leocádia, concelho de Baião, é uma das instituições anfitriãs da PAR que recebeu uma família síria de cinco elementos (casal e três filhos), em janeiro de 2017.

Porém, em agosto último, a família decidiu

partir, a pretexto de ir visitar um amigo médico recolocado no Porto. A verdade é que a instituição não mais teve notícias dela.

Apesar das tentativas de contacto da técnica responsável pelo acolhimento, através da Internet, tal não se concretizou.

“Só lhe queria perguntar se estava tudo bem”, conta Susana Pereira, lembrando que a determinada altura percebeu uma mudança de comportamento.

No entanto, nem todas as situações decorrem desta forma e os responsáveis pelas instituições e pela PAR acreditam que é por “vergonha” que não comunicam a partida no momento.

Como testemunhou, ao SOLIDARIEDADE, Helena Pina Vaz, do CLIB, de Braga, todas as famílias que decidiram partir, e já foram quatro, já contactaram a instituição, agradecendo o acolhimento e, algumas mesmo, demonstrando vontade em regressar.

Voltando ao Cecajuvi, Susana Pereira recorda que o início não foi fácil e desde essa altura era evidente a intenção da família seguir outro caminho.

O casal conseguiu trabalho na apanha de mirtilos, as crianças estavam a integrar-se na escola e até conviviam bastante com os idosos do Centro de Dia da instituição, “que agora estão sempre a perguntar se as crianças voltam e quando voltam”, refere Susana Pereira, que lamenta apenas a falta de informação por parte da família.

“Eles são livres de ir para onde quiserem e nas formações que tivemos na PAR fomos sempre alertados para o facto de eles poderem ir embora a qualquer momento. Podiam ter partilhado que pretendiam juntar-se à família que nós compreendíamos, até porque,

desde o início, vimos que eles queriam sair aqui”, lamenta a técnica da Cecajuvi, sublinhando que “eles estavam integrados na comunidade que os acolheu muito bem”.

Mesmo assim, Susana Pereira assegura que, caso a Direção da instituição assim decida, estão todos prontos para acolher uma nova família, afinal foram oito meses de uma experiência muito interessante em que a comunidade se envolveu profundamente e empenhou-se em levar o projeto até ao fim.

Algum sentimento de ingratidão nasce, essencialmente, porque tanto as instituições como as comunidades se têm empenhado, de facto, em fazer o melhor acolhimento possível, proporcionando a estas pessoas que tudo perderam e da morte tiveram que fugir o melhor recomeço possível num lugar estranho e de cultura muito diferente, sentido com a sua partida um vazio e desconforto moral.

No entanto, Susana Pereira não julga a família que partiu, lamenta apenas a falta de comunicação no ato da partida. O Cecajuvi tudo fez para que eles se sentissem bem.

Apesar de tudo, muitos são os refugiados acolhidos em Portugal cuja integração está a ser um sucesso e a autonomização poderá acontecer mesmo cá dentro, se bem que a maioria anseia regressar à sua terra Natal.

Por outro lado, e findo que está o Programa de Recolocação europeu, a PAR, dependendo da estratégia adotada pelo Estado, continua disponível, tal como a maioria das instituições anfitriãs, para continuar a acolher refugiados.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)

PRÊMIO CIDADÃO EUROPEU 2017

PAR distinguida pela rápida resposta ao desafio de solidariedade

A Plataforma de Apoio aos Refugiados e a jornalista portuguesa Teresa de Sousa receberam, no passado dia 22 de setembro, o Prémio do Cidadão Europeu 2017, numa cerimónia que decorreu no Palácio Foz, em Lisboa.

O galardão do Parlamento Europeu (PE) visa reconhecer pessoas ou organizações que promovem a integração europeia e a compreensão entre os povos.

A PAR destacou-se pelo apoio prestado aos refugiados, num ambiente de crise na União Europeia, tendo lançado uma plataforma, em 2015, que reúne 210 organizações, autoridades e famílias decididas a criar condições para acolher refugiados em Portugal.

“A PAR foi capaz de dar uma rápida resposta ao desafio de solidariedade lançado pelas instituições da UE na gestão da crise humanitária”, realçaram os eurodeputados Carlos Coelho, Marisa Matias e Sofia Ribeiro, proponentes da candidatura da PAR.

Já os proponentes da candidatura de Teresa de Sousa foram eurodeputados Ana Gomes,



Carlos Zorrinho e Maria João Rodrigues.

Desde 2008 que o PE atribui anualmente o Prémio do Cidadão Europeu, reconhecendo pessoas ou organizações que promovem a integração europeia e a compreensão entre os povos da União Europeia.

Nos dias 11 e 12 de outubro de 2017, os galardoados terão um encontro, em Bruxelas, com a vice-presidente do Parlamento Europeu, Sylvie Guillaume.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt



Outubro: mês social

A circunstância de, no mês de outubro, se evocarem o Dia do Idoso (dia 1) e o Dia da erradicação da Pobreza (dia 17), inspirou-me a partilha com os leitores de SOLIDARIEDADE de uma análise social sobre a forma como, no nosso país, estão a decorrer as políticas a favor da **população idosa** e da **pobreza e coesão social!**

Nos últimos tempos, e na sequência de novas medidas políticas materializadas em sucessivos sinais de atenção aos idosos, designada e nomeadamente, através de aumentos de pensões e no cuidado com que o Ministro Vieira da Silva tem tratado a revisão da legislação sobre as reformas, será legítimo esperar que o Governo mantenha na sua agenda política a centralidade

dos milhões de pessoas idosas a quem é necessário garantir o acesso generalizado aos direitos sociais que a Constituição lhes confere!

No entanto, é bom termos a consciência de que, apesar do muito que se tem feito neste domínio, são ainda imensos os desafios que, tanto o poder político central e local como a sociedade civil, têm pela frente nos próximos anos, de modo a que, ao mesmo tempo que o progresso vai dando **mais anos à vida**, a solidariedade consiga dar **mais vida aos anos!**

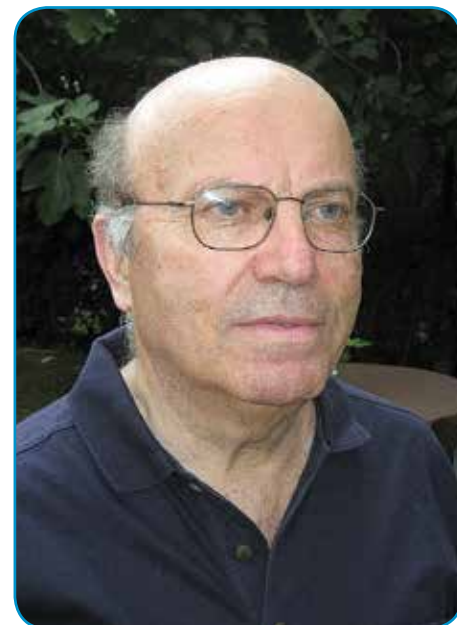
Já em relação ao gravíssimo **desafio ético e político** que nos coloca a erradicação da pobreza, temos de admitir que há ainda um longo

caminho a percorrer! É de bradar aos céus o crime do aumento da pobreza infantil!

Devem preocupar-nos os fortes sintomas de falta de coesão social, de abandono do interior, de domínio muito desequilibrado entre o poder financeiro e o poder económico e político!

Sem uma aposta séria e consistente em políticas de **maior coesão social**, ao nível do próprio território, das famílias, empresas, serviços públicos de saúde, educação, ambiente e acesso ao princípio de igualdade de oportunidades, seremos considerados cúmplices pela continuação de um país a várias velocidades, incapaz de erradicar a pobreza!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



O fascínio do poder

O poder, seja este de que tipo for, exerce sempre algum fascínio sobre a maior parte dos homens, e entre os diversos tipos de poder que exercem maior fascínio, está certamente o poder político. Não faltará quem coloque o poder económico no topo das ambições pessoais, mas atingir os mais elevados cargos políticos de um país será, na grande maioria dos casos, a ambição suprema de quem se deixa entusiasmar pelo sonho do poder

Deve dizer-se que não é sempre e só a ambição do poder que justifica o empenhamento dos cidadãos na sua entrega à luta política. Muitos, é justo reconhecê-lo, fazem-no por idealismo, convencidos de que o seu empenho será útil à causa pública. Uma grande parte, no entanto, junta essa a outras justificações, sobretudo aquela que poderíamos chamar a paixão pelo poder. Aliás, quem não der provas desta paixão tem poucas possibilidades de ter êxito. Acrescente-se, finalmente, que esta paixão, só por si, não é condenável, desde que não

ultrapasse os princípios básicos do respeito pela lei, pela verdade e pelos adversários. Em alguns casos, no entanto, o fascínio do poder é tão grande que chega para justificar a alteração das leis constitucionais que regulam as eleições, como aconteceu na Venezuela e pode acontecer também na Bolívia.

Evo Morales, actual presidente boliviano, ficou famoso em todo o mundo, quando venceu as eleições presidenciais daquele país, em 2005. A razão da surpresa geral que se seguiu ao seu triunfo deve-se ao facto de se tratar de um índio, oriundo da etnia dos aimara, e de ser, na altura, dirigente de uma associação ou sindicato de produtores de coca, os chamados coccaleros. O certo é que a eleição de Morales pôs fim a uma longa história de revoluções militares que marcaram de maneira profunda a imagem de um país, aparentemente incapaz de viver num regime democrático estável. Só que o chefe de estado boliviano já eleito pela segunda vez, não poderá cumprir outro mandato, conforme

estipula a Constituição.

No entanto, apesar das dificuldades que experimentou no exercício das suas funções, e não obstante a lua de mel com a maioria dos bolivianos já ter acabado, o presidente dá sinais de apego ao lugar, o que não constitui propriamente uma surpresa já que é tradicional na história da América Latina: à direita e à esquerda. Morales não pode concorrer a um novo mandato, mas o seu partido está empenhado na liderança de um movimento pela reforma do texto constitucional, de modo a permitir que ele possa concorrer. É realmente difícil resistir ao fascínio do poder.

In Memoriam

1 - Com a morte de D. Manuel Martins, na semana passada, perderam estas crónicas, que aqui vou publicando há cerca de 20 anos, um leitor singular e atento.

Tive, durante muitos anos, o prazer e o privilégio da amizade do Bispo D. Manuel Martins, fazendo com ele parte de um pequeno grupo que se encontrava, algumas vezes por ano, à volta de uma mesa de almoço, a pretexto do aniversário de cada um de nós.

A mais recente reunião foi no fim de Junho passado, no dia de S. Pedro.

D. Manuel Martins puxava amiúde a conversa para o material de que tratam estas crónicas e para o estilo delas – e deixava sempre uma nota de elogio para o que poderíamos chamar o texto implícito e para os vários cruzamentos e cerzaduras que nelas perpassam.

Creio que uma das razões para essa como que identificação vinha do facto de D. Manuel Martins ter sincera predilecção por registos menos canónicos, pelos desalinhamentos, pelos desvios da unicidade normativa.

Não se quer nem pode esquecer a escorreita malícia que lhe fazia brilhar o olhar e alargar a subtilidade do sorriso quando a conversa se encaminhava para as feiras de vaidades que o seu espírito crítico escalpelizava com incisões precisas.

Ora, é também essa a nota com que tenho procurado manter o tom destas crónicas, durante tanto tempo: indo contra a corrente, prescrutando a hipocrisia, desvelando a fatuidade.

Já aqui o escrevi algumas vezes: elogiar os poderes, já há muito quem o faça, não é aliciante.

Por mim, prefiro, por sistema, a crítica, a crítica a quem manda – não vão os poderosos, circulados por cortesãos e vassallos, convencer-se de que as suas qualidades são as inumeráveis que a corte lhes imputa; e não as escassas com que a natureza e a educação os dotou.

2 – Juntou-nos o Padre Nuno Cardoso, que foi pároco de Alfena, sob cujo tecto e auspícios e a cuja mesa se foi constituindo o nosso pequeno grupo e se foi consolidando a amizade entre todos.

Também ele homem inquieto e justo, avesso a reverências e salamaleques, encontrou em D. Manuel Martins o bispo que lhe acalentava os sonhos de solidariedade que sentia que por vezes lhe falhava “in domo sua” e lhe ia abençoando as novas obras de misericórdia, numa espécie de extensão extra-territorial da Diocese de Setúbal.

(Para a numerosa família das Instituições de Solidariedade, Alfena passou a constituir, durante o apogeu do cavaquismo, a afirmação da autonomia e da independência do Sector Solidário, quando a maioria absoluta do Governo de então quis submeter as Instituições de Solidariedade à sua agenda.

Foi no Pavilhão Gimnodesportivo da Paróquia de Alfena que, em escassos dias, por mobilização da UIPSS /CNIS e com o entusiasmo e capacidade de organização do Padre Nuno Cardoso, se levou a cabo a maior concentração de instituições até então ocorrida, para mostrar ao Governo a força do

Sector e o apoio ao Ministro de então, Silva Peneda.

Dessa afirmação de força saiu o Despacho Normativo nº 75/92, que foi, durante 25 anos, o grande instrumento normativo da Cooperação entre o Estado e as IPSS – e que constituiu um dos marcos do legado de Silva Peneda, pouco depois afastado do Governo, por se ter colocado do lado das Instituições.

De vez em quando, é preciso mostrar músculo, como em Alfena, ou em Fátima, quando do ataque do Governo ao ATL, no Governo de José Sócrates.

É que a vontade de mandar em casa dos outros não é privilégio da direita nem da esquerda.

É próprio do poder.

Por isso é que prefiro aqui a crítica ou a sátira ao ditirambo ou à elegia – e creio que era uma certa irreverência que o Bispo gostava de ler nestas crónicas mensais, e por ela me entusiasmava a prosseguir no mesmo tom.)

3 – Por falar em maiorias absolutas, é ajuizado lembrar, como o fez Catarina Martins, no rescaldo das eleições autárquicas, que o resultado delas se traduziu no reforço de tais maiorias, tendo o Bloco de Esquerda falhado no seu objectivo declarado de enfraquecer, pelos seus eleitos, o monolitismo que normalmente acompanha o poder exercido pelas maiorias absolutas.

Como assevera a sabedoria antiga, “se todo o poder corrompe, o poder absoluto corrompe absolutamente.”

Ora, se tal conclusão já foi verificada pela prova dos factos, no que toca às autárquicas, o certo é que o aumento muito significativo do número de votos no PS, a par do afundamento do PSD e das perdas do PCP, prenuncia, como têm referido os comentadores, uma fortíssima possibilidade de o PS vir a obter, daqui a dois anos, uma vitória absoluta nas próximas legislativas, até por não se prever que haja, nos próximos tempos, oposição

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do

Centro Social de Ermesinde



que se veja.

Bem pode António Costa dizer que o resultado destas eleições não perturba a paz da geringonça; e até pode estar certo disso e trabalhar para reforçar a cola imprevista que liga o PS ao Bloco e ao PCP.

Mas os militantes, senhores...!

Num quadro de maioria absoluta, os militantes vão querer tudo só para eles, sem repartir com os aliados da véspera o que pode ser privilégio de uns poucos.

Haverá mais interessados do que cargos para por eles distribuir.

É dos livros que, havendo mais de um interessado a um determinado cargo, seja a cotovelada o método de atribuição.

É como a dança das cadeiras, que vai eliminando os menos hábeis, ou mais lentos.

Os adversários vão-se eliminando pelo caminho.

Nessa altura, ninguém vai querer a companhia dos militantes do Bloco, ou do PCP, para atrapalhar a distribuição gratuita do trigo, como no Império Romano.

Por mim, cá irei continuando a dizer como o anarquista espanhol – talvez agora se passe a dizer anarquista catalão, já que é à Catalunha que se associa o foco da resistência anarquista às tropas de Franco, durante a Guerra Civil: “Hay Gobierno? Soy contra!”



II OLIMPIADAS SÉNIOR, NAZARÉ

Mais de 200 idosos conviveram, divertiram-se e jogaram pela vitória

Bola ao poste, Bowling, Pesca, Sueca e Dominó eram os desafios que os cerca de 200 idosos que participaram nas II Olimpíadas Sénior tinham pela frente e a que não se negaram.

Com maior ou menor dificuldade, com maior ou menor perícia ou habilidade, com maior ou menor destreza, todos participaram, uns jogando e outros assistindo, incentivando e aplaudindo, vivendo um dia diferente do que habitualmente levam nas instituições que os acolhem, seja em Centro de Dia, em Lar ou em Centro de Convívio.

“O objetivo é promover a reunião de várias entidades e criar um dia de forte animação para os idosos”, disse, a propósito, Rui Oliveira, presidente do Centro Social da Freguesia de Famalicão, acrescentando ainda: “Temos também como objetivo aumentar os níveis de participação da população sénior e também das instituições dos concelhos da Nazaré e de Alcobaça”.

No pavilhão gimnodesportivo da Nazaré estiveram, no passado dia 28 de setembro, cerca de 200 seniores, utentes de 11 IPSS dos dois referidos concelhos, a saber: Centro Social da Freguesia de Famalicão, Casa de Repouso Nossa Senhora da Vitória, Confraria Nossa Senhora da Nazaré, Centro Social de Valado dos Frades, Casa de Repouso Nossa Senhora da Conceição, Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão, Santa Casa da Misericórdia de Aljubarrota, Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça, Lar Residencial de Alcobaça, Centro de Bem-Estar Social de Maiorga e Fundação Manuel Francisco Clérigo.

As provas iniciaram-se com o jogo da Bola ao Poste, uma espécie de basquetebol, em que o objetivo era, através de uma espécie de lances livres, encestar o máximo de bolas possível. Revelaram-se verdadeiros talentos alguns dos idosos participantes, evidenciando inclusive técnicas inovadoras.

Seguiu-se o Bowling. Cinco pinos em material reciclado (garrafas de plástico com um pouco de areia da praia da Nazaré) e bola a rolar para os derrubar. A bola era, de facto, um pouco leve de mais, o que dificultou a tarefa dos seniores, mas mesmo assim houve competição de qualidade e bastante renhida.

A esta altura já o fadista humorista Emanuel Moura havia animado o convívio, com um conjunto de fados carregados de trocadilhos humorísticos que muito divertiram os presentes.

Terminada a segunda prova, foi tempo de... almoço-convívio. É tempo de reavaliarmos estratégias, motivar os atletas e dar alimento aos corpos. É que a seguir vinha a Pesca, a Sueca



e o Dominó.

Bem, uma iniciativa como esta realizada na Nazaré teria que ter, obrigatoriamente, um jogo chamado Pesca.

Um jogo de pesca feito com colmo de gramínea, sedilha e um íman e uns peixes improvisados que nadam em pequenas piscinas insufláveis. Uma animação ver quem mais peixe apanha e são especialmente elas as verdadeiras pescadoras.

Quase em paralelo os muito aguardados jogos da Sueca e do Dominó.

Acesa competitividade ou não estivesse em causa dois dos mais tradicionais e populares jogos de mesa entre os Portugueses. Como em todas as provas, eles e elas discutiram a vitória de igual para igual, como tem e deve ser.

Pelo meio, houve «Danças do Povo», um grupo do polo de Valado de Frades da Universidade Sénior da Nazaré, que voltou a imprimir um ambiente festivo no pavilhão, terminando com uma dança em que diversos utentes foram os pares dos dançarinos do grupo.

Aliás, a satisfação e contentamento dos muitos idosos era evidente nos seus rostos e na forma como se entregavam aos jogos.

No final, houve prémios para os vencedores e para os... vencedores, porque todos ganharam um dia diferente e bem animado.



Nota final para o momento intergeracional que abriu as II Olimpíadas Sénior, promovidas pelo Centro Social da Freguesia de Famalicão. Um grupo de crianças da creche da instituição iniciou o desfile dos participantes, antes do arranque das provas.

A iniciativa, que os responsáveis pelo Centro Social da Freguesia de Famalicão querem dar continuidade nos próximos anos, contou ainda com o apoio da Câmara Municipal da Nazaré, das juntas de Freguesia de Famalicão, Valado dos Frades e Nazaré, da EPN - Escola Profissional da Nazaré, da USN - Universidade Sénior da Nazaré e da Cruz Vermelha da Nazaré.

DIA MUNDIAL DA DOENÇA DE ALZHEIMER

«100 Memória» proporcionou atividades a meio milhar de idosos

21 de setembro é o Dia Mundial da Doença de Alzheimer, uma demência que afeta mais de 50 milhões de pessoas no mundo. Em Portugal há cerca de 100 mil pessoas que sofrem de demência, ou seja, cerca de 1% da população portuguesa.

A data foi uma vez mais aproveitada por quem lida de perto com esta realidade para partilhar conhecimentos e experiências, divulgar boas práticas e chamar a atenção para uma situação que ganha terreno a cada dia que passa. Foram muitas as iniciativas realizadas para assinalar a data, como a que decorreu, no dia 20, em Anadia e juntou 500 idosos de várias instituições oriundas de oito distritos para uma tarde de atividades de estimulação cognitiva e física.

Como se sabe, a doença de Alzheimer é um tipo de demência que provoca uma deterioração global, progressiva e irreversível de diversas funções cognitivas, como a memória, a atenção, a concentração, a linguagem e o pensamento, entre outras.

Esta deterioração tem como consequências alterações no comportamento, na personalidade e na capacidade funcional da pessoa, dificultando a realização das suas atividades de vida diária.

Até à data não foi ainda encontrada uma cura para a doença de Alzheimer. No entanto, existem algumas medicações que parecem permitir alguma estabilização do funcionamento cognitivo nas pessoas com Doença de Alzheimer, nas fases ligeira e moderada.

Os medicamentos também podem ser prescritos para sintomas secundários, como inquietude e depressão, ou para ajudar a pessoa com doença de Alzheimer a dormir melhor.

Por outro lado, têm sido estudadas, desenvolvidas e aplicadas diversas terapias não farmacológicas, não apenas para atenuar e retardar os efeitos nocivos da doença, mas igualmente para prevenir o seu desenvolvimento.

As IPSS, em especial as que trabalham com idosos, deparam-se amiúde com esta realidade e necessitam, cada vez mais, de instrumentos e estratégias para ajudar os seus utentes.

Uma dessas estratégias são as terapias não farmacológicas, como a dança-terapia ou a musicoterapia, mas também atividades de estimulação cognitiva e física.

Estas são algumas técnicas já estudadas e aplicadas a doentes de Alzheimer com resultados positivos comprovados, não apenas na atenuação dos efeitos da doença, mas especialmente na prevenção.

Muitas destas e de outras técnicas foram, por exemplo, debatidas e partilhadas na grande conferência sobre a doença de Alzheimer que a Fundação Champalimaud realizou em Lisboa.

Algumas IPSS nacionais têm desenvolvido algum trabalho nesta área e, em Anadia, a



iniciativa «100 Memória» pôs, precisamente, em prática algumas destas terapias.

Organizado por Susana Henriques, diretora-técnica da Cediara, IPSS de Ribeira de Fráguas (Albergaria-a-Velha), e algumas alunas da Pós-Graduação em «Intervenção com Doentes de Alzheimer e outras Demências», com o apoio da Replicar Socialform e da REN, «100 Memória» reuniu 30 IPSS com o objetivo de realizar vários ateliês de terapias não farmacológicas: Estimulação Cognitiva, Musicoterapia, Dança-terapia, Estimulação Motora e Interação Social.

A iniciativa decorreu numa unidade hoteleira de Anadia, com os grupos de idosos a percorrer as diversas salas onde decorriam as atividades. Esta situação gerou a única crítica de alguns dos técnicos das IPSS presentes que, face às limitações físicas do espaço, que obrigava a deslocamentos de elevador e a grandes esperas dos utentes para os utilizarem, consideraram que melhor teria sido os utentes permanecerem num dos espaços e os diferentes ateliês irem ao encontro deles.

No entanto, todos elogiaram a iniciativa por proporcionar o contacto com as terapias cada vez mais importantes para estas pessoas que, devido à idade, são potenciais alvos da doença.

Os especialistas identificaram dois tipos diferentes de doença de Alzheimer: a Esporádica, que pode afetar adultos de qualquer idade, mas ocorre habitualmente após os 65 anos, que é a forma mais comum da doença e afeta pessoas que podem ter ou não antecedentes familiares da doença; e a Familiar, que é uma forma menos comum, na qual a doença é transmitida de uma geração para outra.

A identificação da doença não é fácil e, nas fases iniciais, os sintomas podem ser muito

subtis. Todavia, começam frequentemente por lapsos de memória e dificuldade em encontrar as palavras certas para objetos do quotidiano. Estes sintomas agravam-se à medida que as células cerebrais vão morrendo e a comunicação entre estas fica alterada.

Outros sintomas característicos da manifestação da doença são: dificuldades de memória persistentes e frequentes, especialmente de acontecimentos recentes; apresentar um discurso vago durante as conversações; perder entusiasmo na realização de atividades, anteriormente apreciadas; demorar mais tempo na realização de atividades de rotina; esquecimento de pessoas ou lugares conhecidos; incapacidade para compreender questões e instruções; deterioração de competências sociais; imprevisibilidade emocional.

Na realidade, qualquer pessoa pode desenvolver a doença de Alzheimer. Porém, é mais comum acontecer após os 65 anos.

A taxa de prevalência da demência aumenta com a idade. A nível mundial, a demência afeta uma em cada 80 mulheres, com idades compreendidas entre os 65 e 69 anos, sendo que no caso dos homens a proporção é de um em cada 60. Nas idades acima dos 85 anos, para ambos os sexos, a demência afeta aproximadamente uma em cada quatro pessoas.

A progressão da doença varia de pessoa para pessoa, mas a doença acaba por levar a uma situação de dependência completa e, finalmente, à morte. Uma pessoa com Alzheimer pode viver entre três a 20 anos, sendo que a média estabelecida é de sete a 10 anos.

Enquanto não é encontrada uma cura para a doença de Alzheimer, combatê-la é uma necessidade urgente e exige um plano bem definido a nível global.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 20 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA. LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvará: 41 A - 14121999, 41 C - 14121999, 41 D - 23.09.2003

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 06 08
FAX: 21 042 00 96 / 21 424 94 66
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS



SISTEMA PRISIONAL

140 reclusos por cada 100 mil habitantes

Um relatório sobre o sistema prisional divulgado pelo Ministério da Justiça revela que Portugal tem 140 reclusos por cada 100 mil habitantes e que a idade média da população prisional está a aumentar, sendo de 39,7 anos.

“A pirâmide etária da população reclusa tem, no decurso do tempo e à imagem da população em geral, vindo a mostrar sinais de envelhecimento”, indica o Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar, intitulado “Olhar para o futuro para guiar a ação presente/ Uma estratégia plurianual de requalificação e modernização do sistema de execução de penas e medidas tutelares educativas 2017/2027”.

Segundo o estudo, o sistema prisional já acolheu recentemente perto de 14.000 reclusos, uma taxa de reclusão superior à média europeia de 116 reclusos por cada 100.000 habitantes.

Quanto à média de idades da população reclusa (39,7 anos), esta coincide com a idade média da população geral (situada entre os 40 e os 44 anos), sendo que a proporção de reclusos com menos de 20 anos tem sido sempre inferior à dos que têm mais de 60.

O peso relativo dos que têm entre 21 e 29

anos tem sido também francamente menor dos que os que têm entre 40 e 59 anos.

O relatório indica ainda que a população prisional tem baixos níveis de qualificação académica, pois, à entrada no sistema prisional, mais de metade dos reclusos (56,6%) não chegou ao 3º ciclo do ensino básico em que se cumpre a escolaridade mínima obrigatória.

“Neste volume cabem 7,6% de analfabetos e 26% que se quedaram no 1º ciclo do ensino básico”, lê-se no documento.

Quanto à situação jurídico-penal da população reclusa, esta encontra-se maioritariamente condenada (84,6%) e mais de metade (51,1%) dos condenados cumpria, no segundo semestre deste ano, penas entre os três e os nove anos, sem distinção entre homens e mulheres e entre reclusos portugueses e estrangeiros.

Relativamente à criminalidade associada à população condenada, são os crimes contra o património, em que prevalecem o roubo e o furto, que ocupam o primeiro Lugar, seguidos de perto pelos crimes contra as pessoas, em que sobressaem os homicídios e as ofensas contra a integridade física.



SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 21 ANOS

DEIXA A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



GESTÃO IMÓVEIS **NOVO**

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS
na contabilidade

UNIDADES DE SAÚDE
RNCCI

ORDENADOS

Caixa Geral de Aposentações, Segurança social, Declaração mensal/anual, Relatório Único

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADO AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

CONTROLO DE PRESENÇAS

SISTEMA INTEGRADO DE
TESOURARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

ASSOCIADOS / IRMÃOS IPSS

PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA E MEIOS
COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO
(CERTIFICADO SPMS)
RECEITA SEM PAPEL

entre outras

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES
SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO



ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

tlm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt



D. MANUEL MARTINS

Morreu o bispo que não tinha medo da cor vermelha

Manuel Martins, bispo de Setúbal entre 1975 e 1998, morreu no dia 24 de Setembro, aos 90 anos. Um comunicado da Diocese de Setúbal informou que Manuel Martins “faleceu às 14h05, acompanhado dos seus familiares e após receber a Santa Unção” de um pároco local.

As exéquias do bispo emérito de Setúbal, Manuel Martins, realizaram-se no Mosteiro de Leça do Balio, em Matosinhos.

Nascido em 20 de janeiro de 1927, em Leça do Balio, Matosinhos, Manuel da Silva Martins estudou no seminário do Porto e, mais tarde, na Universidade Gregoriana, em Roma.

Foi pároco de Cedofeita, nos nove anos de exílio do bispo do Porto António Ferreira Gomes (1960-1969), durante o Estado Novo, e foi vigário geral após o regresso do prelado.

Em 1975, um após o 25 de Abril de 1974, foi nomeado bispo da diocese de Setúbal, de onde só saiu 23 anos depois, em 1998.

“Nasci bispo em Setúbal, agora sou de Setúbal”, disse no dia da ordenação episcopal aquele que foi o primeiro bispo da diocese - criada a 16 de julho de 1975, em pleno “Verão Quente” do Processo Revolucionário Em Curso (PREC) - e que acabou por se tornar uma voz incómoda para o poder político da época.

Para Manuel Martins, desses primeiros anos da sua passagem por Setúbal ficou um sentimento de dever cumprido e a convicção de que deu o seu melhor na luta pelas causas dos mais desfavorecidos.

APOIOS SOCIAIS

Mais RSI menos Complemento Solidário

Quase 166 mil idosos receberam o Complemento Solidário em agosto, um ligeiro decréscimo em relação a julho, mas um aumento de quase seis mil pessoas em comparação com o mesmo mês de 2016.

Os dados estatísticos mais recentes do Instituto de Segurança Social (ISS) revelam que no mês de agosto houve 165.783 pessoas a receberem o Complemento Solidário para Idosos (CSI), menos 387 (0,23%) do que no mês de julho.

Comparando com o mês de agosto de 2016, a tendência é inversa já que nesse mês registaram-se 159.905 beneficiários, o que representa um aumento de 3,67%, com mais 5.878 idosos a receber CSI.

Segundo o ISS, a maior parte dos beneficiários são mulheres, com 116.408 idosas a receberem RSI, contra 49.375 homens.

Na distribuição pelo país, a maioria concentra-se nos distritos do Porto (27.252), Lisboa (24.700) e Braga (12.258).

No que diz respeito a pensões, em agosto foram



Manuel Martins chegou a ser conhecido por “bispo vermelho”, durante a crise dos anos 1980, pelas denúncias que fez de situações de pobreza e de fome na região. Manuel Martins foi presidente da Comissão Episcopal da Ação Social e Caritativa e da Comissão Episcopal das Migrações e Turismo, e da secção portuguesa da Pax Christi.

Após a resignação, continuou a fazer conferências e palestras, sendo objeto de vários livros, como “História de uma Crise -- Grito do bispo de Setúbal”, do jornalista Alcídio Torres, e o próprio também escreveu “Pregões de Esperança”, editado em 2014 e apresentado pelo ex-Presidente Ramalho Eanes.

pagas 2.035.123 pensões de velhice, mais 0,1% do que em julho e mais 0,2% do que em agosto de 2016. Já pensões de sobrevivência, foram processadas 718.225, menos 514 do que em julho e menos 2.707 do que em comparação com o período homólogo.

O pagamento de pensões de invalidez diminuiu 0,3% face ao mês de julho, tendo havido 233.018 pessoas que a receberam.

MAIS RSI

O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) subiu ligeiramente entre julho e agosto, sendo o quarto aumento desde o início do ano, com mais de 210 mil pessoas a receberem esta prestação social.

De acordo com os dados estatísticos mais recentes do Instituto de Segurança Social (ISS), 210.419 pessoas receberam o RSI em agosto, mais 838 (0,39%) do que em julho, mas menos 6.127 do que em comparação com o período homólogo do ano passado.

O número de famílias a receber RSI teve evolução inversa, havendo uma diminuição tanto na comparação entre os meses de julho e agosto, como na comparação anual.

Os números do ISS mostram que em agosto houve 94.521 famílias a receberem esta prestação social, contra 94.687 no mês de julho, o que significa que houve menos 166 agregados familiares com direito ao RSI.

Olhando para o período homólogo, a quebra é de 3,6%, já que em agosto do ano passado havia 98.043 famílias e num ano 3.522 agregados deixaram de receber o RSI.

No que diz respeito à distribuição geográfica, a maior parte dos beneficiários concentra-se nos distritos do Porto (62.972), Lisboa (36.742) e Setúbal (18.876). O mesmo acontece com as famílias, havendo 28.985 no Porto, 16.845 em Lisboa e 9.627 em Setúbal.

Em agosto, o valor médio por beneficiário foi de 111,87 euros, enquanto por família situou-se nos 254,14 euros.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



PODE O CAPITALISMO SER UM AGENTE MORAL?

A Unilever ou um Caso Exemplar

Se há uma empresa no mundo que possa representar um papel moral do capitalismo é a Unilever.

Embora o nome da empresa possa não nos dizer muito, é quase impossível que não sejamos clientes mais ou menos assíduos da Unilever.

É altamente improvável que nunca tenhamos consumido um gelado OLÁ, bebido um chá LIPTON, barrado o pão com margarinas BECEL ou FLORA, temperado uma sandwich com HELLMAN'S, ou usado um dos inúmeros produtos de cuidado pessoal de marcas como DOVE, AXE ou SUNSILK. E esta constitui apenas uma pequena amostra das mais de 400 marcas operadas pela Unilever.

Trata-se de uma empresa secular, fundada na Holanda, no final do século XIX, para produzir margarinas e que, nos anos 30 do século XX se fundiu com uma companhia inglesa de produção de sabões. Desde então a Unilever é essencialmente uma empresa anglo-holandesa e um verdadeiro símbolo do capitalismo nos dois países. Atualmente opera em 190 países e, pelo critério da capitalização bolsista, está entre as 10 maiores companhias da Europa.

A Unilever foi, desde o início, uma empresa pioneira. De alguma forma inventou produtos hoje considerados banais como as margarinas, as ervilhas e os filetes de peixe congelados ou as sopas instantâneas. A Unilever foi talvez a primeira corporação a perceber o potencial de comunicação da televisão – o primeiro anúncio na televisão no Reino Unido era de um produto Unilever.

Que na Unilever haja algum prurido em matéria de integridade percebe-se dado o tipo de mercados em que se insere. Quem vende produtos alimentares ou de higiene pessoal a uma escala global não pode dar-se ao luxo da mais leve sombra de dúvida sobre a segurança daquilo que fabrica e distribui.

Por outro lado, muitas das matérias primas que a Unilever utiliza (por exemplo os óleos alimentares para as margarinas) são produzidas em países em desenvolvimento onde as condições laborais podem ser chocantes pelos padrões ocidentais.

A Unilever sempre teve uma tradição de responsabilidade social naturalmente enquadrada nos padrões do tempo – as exigências hoje não são as mesmas do final do século XIX!

Atualmente, sob o impulso do atual CEO, Paul Polman, na companhia desde 2009, a Unilever promove vários programas de desenvolvimento em países pobres. Por exemplo, no Vietnã, está em curso um programa onde, nas escolas, as crianças são estimuladas a observar cuidados básicos de higiene. A escola distribui gratuitamente produtos sanitários, como sabonetes ou dentífricos, obviamente fabricados pela Unilever. Na Índia e em África, milhares de bombas de água ou WC improvisados foram instaladas em aldeias

remotas.

O compromisso social da Unilever faz-se igualmente sentir nas sociedades de capitalismo avançado. A Unilever pretende abolir os estereótipos de género da sua publicidade, mesmo quando se trata de produtos propensos a explorar um certo sex-appeal, como os desodorizantes masculinos. As últimas campanhas de marketing estão muito afastadas dos conceitos de masculinidade convencional e, a acreditar nas métricas de vendas, o sucesso tem sido enorme.

Felizmente a Unilever não é a única empresa capitalista do mundo socialmente comprometida. O que a faz única nesta matéria é a dimensão global e a abrangência em que o conceito é testado.

Paul Polman acredita (e fez acreditar os acionistas) que este foco social tem pay-back. Basicamente tem dois argumentos. Em primeiro lugar, os consumidores esclarecidos dos países mais ricos estão disponíveis para pagar um prémio por produtos que tenham o selo da responsabilidade ambiental e social. Depois, as crianças do Vietnã que hoje beneficiam do programa sanitário serão futuros consumidores. É provável que, nessa condição, mantenham alguma lealdade às marcas que frequentaram nas escolas.

O pay-back prometido pelo compromisso social de Paul Polman aparece mas métricas corporativas? Tem conseguido os resultados prometidos?

De certa forma, sim! As vendas da companhia cresceram de 40 biliões de euros para 53 biliões desde que Polman está ao leme da companhia. A capitalização bolsista mais que duplicou – era de 66 biliões de euros em 2009, atualmente está em 150 biliões.

Mas, nesse estrito ponto de vista de métricas de negócio, nem tudo compara bem na Unilever.

A margem bruta da Unilever é de 18%. Essa métrica fundamental está um pouco acima de algumas congéneres europeias, como a Danone ou a Nestlé, mas abaixo da Procter&Gamble e, sobretudo, muito abaixo da Kraft Heinz.

A verdade é que a comparação com esta última conta e muito!

A Kraft Heinz é uma companhia detida pela 3G (de investidores brasileiros) e pelo inevitável Warren Buffet, o mago de Omaha, para muitos o mais brilhante investidor dos nossos dias.

Em Fevereiro Paul Polman recebia um par de convidados especiais para um almoço nos escritórios centrais da Unilever em Londres. Nem mais nem menos que o CEO da 3G e o chairman da Kraft Heinz.

Para surpresa de Polman, durante o almoço, os convidados informaram-no da intenção de lançar uma OPA sobre a Unilever no valor de 143 biliões de dólares o que, na altura, equivalia a um prémio de 15% sobre o valor de bolsa da companhia.

Polman, que é um atleta notável – embora

tenha a compleição de um avançado do rãguebi é um fanático da maratona – deve ter tido alguma dificuldade em manter-se seguro à cadeira.

Na verdade, esse projeto não só colocaria em causa a sua permanência como CEO da Unilever, como, acima de tudo, seria o fim do modelo de negócio socialmente comprometido da companhia.

De facto, o modelo capitalismo praticado na 3G e na Kraft Heinz é o mais afastado possível do sonho de Polman para a Unilever. Onde a 3G manda – e manda em muita coisa, por exemplo, detém aquela que é, de longe, a maior cervejeira do mundo – a regra é cortar custos, doa a quem doer, e quem estiver na frente é sumariamente abatido.

Sob a batuta da 3G o modelo de compromisso social de Polman seria simplesmente mandado às urtigas e a empresa entraria num regime de corte de custos (entre outras coisas despedimentos, obviamente), extração de sinergias, fecho ou alienação de marcas menos rentáveis, eliminação de desperdício (podemos imaginar para onde iriam os programas de apoio aos países mais pobres), etc.

Polman obviamente opôs-se ao projeto e fez o que tinha a fazer. Juntou aliados entre acionistas, aproveitou o que parece ter sido um erro de casting da parte da 3G (contratou como relações públicas uma empresa do grupo WPP, por acaso, a empresa que tem as principais contas publicitárias da Unilever) e jogou a cartada política. O governo do Reino Unido fez saber, discretamente, que não apreciava os avanços da 3G e de Warren Buffet e, em menos de uma semana, a oferta foi retirada.

Mas não se pense que Polman tem a guerra ganha. Por um lado, o tempo em que a 3G está legalmente impedida de fazer uma nova oferta já se esgotou. Depois, se há coisa que a 3G e Buffet têm mostrado no passado é paciência. Quando já donos da maior cervejeira do mundo quiseram comprar a SAB Miller (a segunda maior) só o conseguiram à quarta tentativa. Finalmente não é crível que, numa segunda tentativa, a 3G cometa os mesmos erros de principiante.

Mas também pode ser que Polman tenha sorte. Quem sabe a cobiça da 3G pode virar-se para outro lado com menos engulhos políticos, talvez a Procter&Gamble ou algo que nem sequer nos ocorre agora.

Talvez! O que para mim é claro é que o capitalismo moralmente temperado é uma construção muito difícil e muito frágil. Existirá sempre um abutre à espreita...

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





A cidade escondida...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braucamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

UNICEF

Portugal tem as políticas essenciais no apoio a famílias com crianças

Portugal é um dos únicos 15 países no mundo que tem as três políticas essenciais para apoiar famílias com crianças, revela um relatório da UNICEF, que alerta que uma em cada oito crianças vive num país sem qualquer apoio.

De acordo com o relatório, entre os 193 países no mundo, “apenas 15 (...) põem em prática três políticas nacionais básicas que ajudam a assegurar o tempo e os recursos de que os pais precisam para apoiar o desenvolvimento cerebral saudável dos seus filhos”.

Nesse restrito grupo de 15 países está Portugal, juntamente com países como Cuba, França, Rússia ou Suécia, refere o relatório “Os primeiros momentos contam para todas as crianças”.

As políticas que a UNICEF destaca são dois anos de educação pré-primária gratuita, licença de maternidade paga durante até os primeiros seis meses de vida da criança, além de quatro semanas de licença de paternidade remuneradas.

“Estas políticas ajudam os pais a proteger melhor os seus filhos e a proporcionar-lhes uma nutrição mais adequada, e permite-lhes brincar e ter experiências de aprendizagem precoce nos primeiros dois anos de vida, que

são cruciais na altura em que as ligações neurais se processam a um ritmo que não voltará a repetir-se”, lê-se no comunicado de imprensa.

Do lado oposto está um “cenário sombrio”, onde vivem 85 milhões de crianças -- uma em cada oito com menos de cinco anos -- dispersas pelos 32 países que não adotam nenhuma dessas políticas, sendo que 40% destas crianças vivem em apenas dois países, Bangladesh e Estados Unidos.

Segundo a UNICEF, há milhões de crianças, com menos de cinco anos, que estão a viver em zonas inseguras, desde cerca de 75 milhões que vivem em zonas afetadas por conflitos, o que, segundo a UNICEF, aumenta o risco de stress tóxico e pode inibir as conexões cerebrais na primeira infância.

“A nível global, uma nutrição pobre, ambientes insalubres e doenças deixaram 155 milhões de crianças com atrasos no desenvolvimento, o que as impede de desenvolver todo o seu potencial físico e cognitivo”, diz a UNICEF.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância alerta que um quarto de todas as crianças com idades entre os dois e os quatro anos, que vivem em 64 países, não participam em

atividades essenciais para o desenvolvimento cerebral, tal como cantar, brincar ou ler.

Além disso, cerca de 300 milhões de crianças vivem em zonas onde o ar é tóxico, “o que, segundo estudos recentes, pode danificar o desenvolvimento cerebral das crianças”.

Segundo a UNICEF, os governos gastam, em média, menos de 2% dos seus orçamentos com programas para a primeira infância, apesar de o relatório destacar que “os investimentos que forem feitos nos primeiros anos de vida das crianças de hoje se traduzem em ganhos económicos significativos no futuro”.

Nesse sentido, o relatório aproveita para apelar aos governos e ao setor privado para apoiarem as políticas nacionais básicas direcionadas para a primeira infância, nomeadamente investindo e ampliando os serviços que deem mais prioridade às crianças mais vulneráveis.

Propõe que se torne as políticas de apoio às famílias, especificamente as três que são destacadas, uma prioridade nacional, que seja dado aos pais que trabalham o tempo e os recursos para apoiar os filhos e que sejam monitorizados os progressos no que diz respeito ao universo das crianças e das famílias mais desfavorecidas.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL